

# Projeto de TV paga provoca polêmica

Proposta de lei de TV por assinatura dá superpoderes à Ancine, diz jurista

Renato Cruz

Quem acompanhou, na semana passada, a audiência no Senado sobre o Projeto de Lei Complementar 116, pode ter achado que existe um apoio unânime das empresas às mudanças nas regras de TV por assinatura. Longe disso. Para atores importantes desse mercado, a aprovação do texto como está é inadmissível.

Na visão do jurista Ives Gandra Martins, o projeto cria mecanismos de controle de conteúdo ao dar superpoderes à Agência Nacional de Cinema (Ancine), atentando contra o direito constitucional de liberdade de expressão. Foi a Sky, empresa de TV paga via satélite, que contrariou parecer do jurista.

“De rigor, os dispositivos são cerceadores dos meios de comunicação”, diz Gandra Martins. “Há uma violência em diversos dispositivos. O próprio conteúdo da informação passa a ser limitado pelos artigos.”

O projeto prevê que as empresas de programação ou empacotamento de conteúdo precisariam ser credenciadas pela Ancine. O artigo 36 determina que, se essas empresas descumprirem as obrigações definidas pela lei, estão sujeitas a multa, suspensão ou até cancelamento de seu credenciamento.

“Entraríamos numa espécie de ditadura semelhante à do Mussolini, do Hitler e do Stalin, que existe ainda em Cuba e começa a acontecer na Venezuela”, disse Gandra Martins. “O

projeto dá à Ancine poder punitivo ao exercício da liberdade de expressão toda vez que essa não se sujeitar às restrições impostas pela agência. Essa excessiva regulamentação objetiva facilitar a vida dos amigos, dificultar a dos inimigos e fazer um controle efetivo sobre a comunicação.”

Segundo o jurista, o PLC 116 tem pontos de contato com os projetos do Conselho Nacional de Jornalismo (CNJ) e da criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav), apresentados no começo do governo Lula e que não prosperaram, identificados como ameaças à liberdade de expressão.

“Se conseguirmos aprovar o projeto e isso não for contestado no Supremo Tribunal Federal, é um caminho aberto para o controle de imprensa”, alertou Gandra Martins. “Eles começam numa área de expressão menor, a TV paga. Se conseguirmos, por que não avançar e atingir todos os meios de comunicação?”

**Oposição.** Além da Sky, estão entre os que defendem mudanças no projeto os radiodifusores Bandeirantes e SBT e os canais internacionais de TV paga. Os principais pontos polêmicos são três: a criação de cotas de conteúdo nacional, a proibição aos radiodifusores de controlar empresas de TV paga e o papel proposto para a Ancine no setor.

Na semana passada, representantes das operadoras de telecomunicações, das empresas de TV paga, dos produtores independentes e da Ancine defende-



Mudança. Projeto de lei de TV paga, que se encontra no Senado, recebe críticas de áreas importantes da comunicação

ram a aprovação do chamado PLC 116 (que, na Câmara, era conhecido por PL 29) ainda este ano. Para terça-feira está marcada uma nova audiência no Senado para tratar do projeto.

Os canais internacionais, representados pela Associação Brasileira de Programação de Televisão por Assinatura (ABPTA), defendem que o PLC 116 seja discutido no Senado, como foi na Câmara. “A implantação de cotas fere o conceito de grade de canal e a própria natureza da TV por assinatura”, disse Carlos Alkimim, diretor executivo da

ABPTA. “Queremos tempo para discutir todas essas particularidades”.

Além de criar uma proporção de um canal brasileiro em cada três ofertados nos pacotes das empresas (dependendo do tipo de conteúdo), o projeto obriga os canais internacionais a colocarem produções nacionais em sua programação, de no mínimo 3h30 semanais no horário nobre.

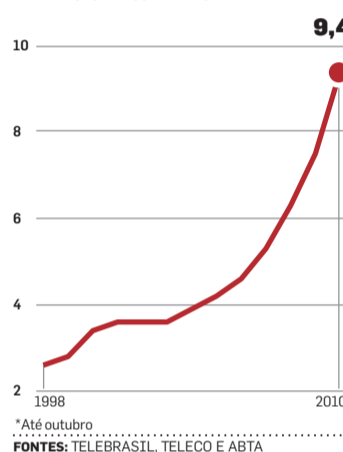
Na visão de Alkimim, uma política de fomento seria mais eficiente do que as cotas. “Nos últimos quatro ou cinco anos, 85 novas obras foram coproduzidas, com investimento de R\$ 150 milhões”, disse o diretor da associação, referindo-se às parcerias entre produtores brasileiros e canais internacionais. Segundo ele, metade dessa produção foi resultado da política de fomento, e a outra metade foi uma resposta ao próprio mercado.

O diretor da ABPTA destacou que a Ancine funciona hoje como uma agência de fomento. “Dar a ela um cunho fiscalizador não está de acordo com a natureza com que foi concebida”, disse Alkimim. “Já existe a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) para exercer esse pa-

## PAGANDO PARA VER

● O crescimento do mercado de TV por assinatura

EM MILHÕES DE ASSINANTES



pel.” O projeto prevê que a Ancine poderia aplicar multas de R\$ 2 mil a R\$ 5 milhões.

**Capital.** A Lei do Cabo, atualmente em vigor, foi promulgada em 1995, e impõe limite de 49% ao capital estrangeiro nas empresas de cabo. O PLC 116 surgiu como uma proposta de se acabar com a restrição, já que as Organi-

zações Globo têm interesse de vender sua participação na Net à Embratel (que pertence ao bilionário mexicano Carlos Slim Helú) e o Grupo Abril tem interesse em vender sua fatia na TVA à espanhola Telefônica.

Durante a tramitação na Câmara, foram criadas as cotas de programação, num texto cada vez mais complexo, que acabou desagradando à maior parte das empresas. As teles e a maioria das companhias de TV paga acabaram concordando com as cotas para que o projeto não demorasse ainda mais no Congresso.

A Bandeirantes e o SBT são contra um dispositivo que impede radiodifusores de controlar empresas de TV paga. O SBT é dono da TV Alphaville, em São Paulo, e a Bandeirantes da TV Cidade, que tem TV a cabo em 16 cidades brasileiras, e enfrentou problemas financeiros sérios.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) anunciou no mês passado novas regras para a TV paga, que, na prática, abririam o mercado às teles, apesar de não acabarem com a restrição legal ao capital estrangeiro. Essa decisão tornou mais urgente a aprovação da lei.

## ETHEVALDO SIQUEIRA

esiqueira@telequest.com.br



## Carta ao novo ministro

Prezado ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. A única vez em que conversamos foi em 1994, em Foz do Iguaçu, no Semint (Seminário Internacional de Telecomunicações), evento que se transformou no Futurocom.

Com a única credencial de jornalista que cobre os setores de Comunicações e de Tecnologia da Informação há 43 anos, ouso dar-lhe, mesmo 26 dias antes de sua posse, as sugestões e os conselhos que se seguem:

1. Não perca esta oportunidade histórica, ministro. Resgate o papel e a importância do Ministério das Comunicações, hoje esvaziado e reduzido a uma repartição sem nenhuma importância. Nos últimos cinco anos, as discordâncias entre o ex-ministro das Comunicações, Hélio Costa, e a cúpula petista do Planalto acabaram levando um grupo palaciano, integrado, entre outros, por Rogério Santana, seu ex-secretário de Logis-

tica do Ministério do Planejamento, e Cezar Alvarez, ex-assessor do presidente Lula, a assumir a dianteira na formulação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) e da reativação da Telebrás.

2. Não permita que o Ministério das Comunicações e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) sejam postos à margem da discussão dos grandes temas, como aconteceu com o PNBL, a Telebrás e o anteprojeto da Lei da Comunicação Eletrônica.

3. Essa lei é uma prioridade nacional, ministro. Assim, se o senhor quiser servir realmente ao País, lute por um novo marco regulatório que englobe todas as formas de comunicações (telefonia, radiodifusão, correios, TV por assinatura, internet e outras formas de comunicação eletrônica), sob o guarda-chuva de uma única agência reguladora, a Agência Nacional de Comunicações (Anacom), dirigida por profissionais competentes e íntegros. Essa é a tendência mundial.

4. O modelo institucional deste gran-

de setor, ministro, exige atenção especial. Não perca este momento especial de sua vida política, agindo como a maioria dos políticos que ganham um ministério e só pensam em barganhas político-partidárias, no seu interesse pessoal ou partidário.

### Não dê ouvido aos autoritários que falam em ‘controle social da mídia’

5. O Brasil espera muito de seu trabalho, ministro. Pense grande, portanto, e leve avante esse projeto de reestruturação institucional do setor. Cabe à sua Pasta conduzir e coordenar os debates e o encaminhamento do projeto da futura Lei Geral das Comunicações.

6. Não aceite o loteamento político-partidário que vigorou até aqui nem esqueça o que se passou no Correio, nos últimos anos. Depois de recuperado desde os anos 1970 e transformado numa instituição modelar até o início do pri-

meiro mandato do presidente Lula, o Correio foi assaltado por um bando de delinquentes.

7. Procure fortalecer e prestigiar a Anatel, enquanto o País não contar com a futura Anacom (Agência Nacional de Comunicações), altamente profissionalizada, órgão que deverá harmonizar as relações entre a radiodifusão e as teles – em lugar de acirrar as discordâncias entre as duas áreas. E, como tarefa básica, exija que a agência fiscalize o setor e defenda com mais vigor o usuário e a sociedade.

8. Dialogue com todo o setor, ouça especialistas de renome e independentes, negocie planos de cooperação com as operadoras privadas, para formular políticas públicas.

9. O Brasil tem hoje mais de 120 telefones por 100 habitantes. Há mais celulares do que gente. A internet alcança mais de 70 milhões de brasileiros, 30 milhões dos quais em banda larga. Mas nem tudo vai bem, ministro. Temos que pensar na qualidade dos serviços e nos padrões de atendimento.

10. Lute pela desoneração fiscal dos serviços que utilizam a banda larga e a própria telefonia, que pagam mais de 40% de tributos aos governos estaduais e à União.

Com a manutenção desse ônus, será pura hipocrisia falar em prioridade governamental da banda larga.

11. Lute também, ministro, contra o confisco dos fundos setoriais, como Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust), o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) e o Fundo de Tecnologia das Telecomuni-

cações (Funttel). Ao longo dos últimos 10 anos, o governo federal surrupiou mais de R\$ 30 bilhões desses fundos.

12. Pense no quadro dramático da Radiodifusão, sem uma legislação moderna, disputada por políticos e igrejas, que não querem servir à população com informação confiável, entretenimento saudável e mais cultura, como prevê a Constituição,

13. Nunca pense em censura nem em controlar o conteúdo. Aja com rigor, sim, a posteriori, contra todos os abusos da comunicação eletrônica. Não dê ouvidos aos autoritários imaturos que falam em “controle social da mídia”, como suposta forma de “democratização dos meios de comunicação”.

14. Em lugar de controlar o conteúdo da mídia, controle a corrupção, ministro. Essa é a grande esperança do povo brasileiro. Estamos cansados de promessas vazias, de frases demagógicas, de mentiras.

15. Por fim, ministro, procure dialogar com todos os segmentos, antes de tomar decisões mais importantes de seu Ministério.

Amplie o debate dos grandes temas setoriais e não deixe essa tarefa exclusivamente nas mãos de companheiros de partido, pois eles querem, quase sempre, defender interesses e posições no setor de telecomunicações.

Minha grande surpresa e alegria, ministro Paulo Bernardo, será saber que o senhor se sensibilizou por algum dos pontos aqui alinhavados.

## TIM EMPRESA SIMPLES

### TELEFONIA FIXA + MÓVEL + INTERNET

Uma só operadora, uma só fatura, um só ponto de contato.

Todas as necessidades de comunicação da sua empresa integradas em apenas um serviço. Assim, você tem mais tranquilidade, liberdade e economia para o seu negócio.

Reduza até 40% dos custos.

PESSOAS SEM BARREIRAS É QUE FAZEM EMPRESAS SEM FRENTEIRAS.

Ligue 1056 e agende uma visita.

www.tim.com.br

